



BOLETIM INFORMATIVO DA CONICQ

COMISSÃO NACIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA

CONVENÇÃO-QUADRO DA OMS PARA O CONTROLE DO TABACO

BOLETIM Nº 14 – DEZEMBRO DE 2017

DESTAQUE

Secretariado celebra 50ª missão de avaliação das necessidades dos países para implementação da CQCT

O Secretariado da CQCT produziu um inventário de suas missões de avaliação das necessidades das Partes na implementação do tratado. Foram 50 em oito anos. A última foi realizada em 24 de novembro, na Zâmbia, oito anos após a primeira missão em Lesoto, na África, em outubro de 2009.

O Secretariado, OMS e PNUD visitaram a Zâmbia para trabalhar com técnicos do Ministério da Saúde e outras instituições do governo. A missão visou identificar as necessidades e barreiras na implementação do Tratado, além de discutir medidas, e os papéis e responsabilidades de cada um dos setores.

As avaliações de necessidades são realizadas como uma atividade conjunta entre o Secretariado e os ministérios da saúde, a pedido das Partes. Embora cientes de quais medidas de controle do tabaco funcionam, alguns países tratadistas têm restrições para implementá-las, revelando a necessidade de medidas individualizadas.

Segundo a Chefe do Secretariado, Vera Luiza da Costa, as missões visaram os países de baixa e média renda.

"Os exercícios de avaliação de necessidades conjuntas da OMS/CQCT têm sido uma fonte crítica de apoio para as Partes de baixa e média renda ao tratado e um dos mecanismos de assistência mais importantes para as Partes (...) É parte de uma onda que levanta a todos - esse processo estimula individual, ao mesmo tempo que aumenta a eficácia do tratado em todo o mundo", completou.

Fonte: Who – Edição: SE-Conicq

<http://www.who.int/fctc/mediacentre/news/2017/secretariat-celebrates-50th-needs-assessment/en/>

BRASIL

Pela 6ª vez, ADI 4874 não é julgada pelo STF, e cigarros saborosos permanecem acessíveis aos jovens

Julgamento remarcado para fevereiro

Passado a etapa das defesas orais, realizadas no dia 9 de novembro, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4874, incluída na pauta de julgamentos da sessão plenária do STF no dia 13 de dezembro foi, mais uma vez, adiada. Desta vez, os inúmeros processos a frente aliados ao recesso da corte, adiaram o julgamento que irá decidir sobre o poder regulador da Anvisa e a permanência de cigarros artificialmente saborizados.

Em novembro de 2012, a Confederação Nacional da Indústria, apoiada pelo SindiTabaco que compõe sua diretoria, ajuizou a ação no STF na qual pedia a inconstitucionalidade de artigos da lei federal que criou a Anvisa, e da resolução que proíbe a comercialização de cigarros que contêm aroma e sabor.

Para a CNI, o inciso XV do artigo 7º da Lei federal 9.782/99 permite que a Anvisa utilize seu poder regulamentador para proibir, “em caráter genérico e abstrato”, a fabricação e a comercialização de produtos e insumos submetidos à fiscalização sanitária.

A CNI defende que a Anvisa não pode atuar como se tivesse “delegação legislativa em branco, isto é, desacompanhada de diretrizes ou parâmetros claros e obrigatórios”. A CNI argumenta ainda que a Anvisa violou os princípios da legalidade, da separação dos Poderes e da livre iniciativa.

Passados cinco anos sem a aplicação da restrição decidida pela Diretoria Colegiada da Anvisa, os cigarros com sabor de menta, cereja, canela, etc, permanecem como principal atrativo da iniciação entre jovens.

Fonte: STF – Edição: SE-Conicq

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=248495>

Senado aprova Protocolo do Comércio ilícito do tabaco com recomendações

Consulta Pública foi aberta durante cinco dias com três votos

O Decreto Legislativo nº 185, publicado no Diário Oficial da União no dia 14 de dezembro, assinado pelo Presidente do Senado, Eunício Oliveira, aprovando o texto do Protocolo para Eliminar o comércio ilícito dos produtos de tabaco, celebrado em Seul, em 2012, mesmo não visível, carrega consigo uma recomendação proposta pelo Senador Romero Jucá (PMDB-RR).

A recomendação foi proposta no dia 7 de dezembro, durante a tramitação, como Projeto de Decreto Legislativo nº 214/2017, descrita como declaração interpretativa, visando garantir a efetividade das propostas, segundo o texto.

Entre os argumentos do senador, a necessidade de adesão ao tratado dos países que fazem fronteira com o Brasil, e a recomendação para que a Casa Civil, Ministério da Justiça, Ministério da Defesa e o Gabinete da Segurança Institucional sejam os responsáveis pela “adequação do ordenamento jurídico brasileiro face as provisões previstas no tratado”.

“Caso o PCI tenha aplicação de alcance limitado, não conseguirá resolver questões de comércio ilegal em países como o Brasil, que são impactados por fluxos significativos dos países vizinhos, a não ser que esses vizinhos venham também a aderir ao PCI”, enfatiza o texto.

No dia 12 de dezembro, um ofício com o Protocolo foi encaminhado à Casa Civil, para promulgação da presidência.

A declaração interpretativa foi inspirada no relatório produzido pelo então Senador e relator, Heráclito Fortes, em seu parecer sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, em 2005. Na época, Fortes produziu uma declaração contundente.

“O Brasil também declara que não apoiará propostas que visem a utilizar a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde como instrumento para práticas discriminatórias ao livre comércio”.

Fonte: SE-Conicq

<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131582>

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

Assembleia do RS concede prêmio Pioneiros da Ecologia ao CAPA

O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) recebeu no dia 6 de dezembro o Prêmio da 5ª edição Pioneiras da Ecologia, categoria institucional, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. O CAPA foi selecionado em primeiro lugar dentro da sua categoria com o tema Comida Boa na Mesa, pela organização Socioambiental ou Socioeconômica.

Os prêmios foram entregues pelo presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, deputado Altemir Tortelli (PT), acompanhado dos deputados Valdeci Oliveira (PT), que representou o presidente da Assembleia, deputado Edegar Pretto (PT); Adolfo Brito (PP), Miriam Marroni (PT) e Silvana Covatti (PP).

A coordenadora do CAPA, Rita Surita, falou sobre como é importante ter iniciativas como esta, que reconhecem o trabalho de quem busca produzir alimentos de forma sustentável e com respeito à natureza, mas também lembrou do momento difícil e do retrocesso atual que as políticas públicas para a agricultura familiar vem sofrendo.

“Esse prêmio é muito importante para o reconhecimento do trabalho realizado pelo CAPA e outras entidades na área de agroecologia, mas apesar de o momento ser de alegria continua sendo também de grande preocupação, já que tanto em nível federal como estadual, estamos passando por um período onde não há políticas públicas para a agricultura familiar, camponesa e para as comunidades tradicionais. E são justamente essas pessoas que cuidam do ambiente enquanto produzem nosso alimento diário, colocando comida boa nas nossas mesas”, frisou Surita.

Altemir Tortelli ressaltou o pioneirismo das mulheres que inspiram a premiação e afirmou que “a luta por elas travada continua como exemplo para um movimento que ainda não é de toda a sociedade”, especialmente nesta conjuntura de retrocessos sociais e também ambientais.

Ele afirmou que a ecologia e o meio ambiente sustentável constituem “tema estratégico para as próximas gerações”. Valdeci Oliveira, pela presidência da Assembleia, alertou para a repercussão no meio ambiente das ações dos governos federal e estadual quando reduzem custos e fecham instituições consagradas ao estudo ambiental, como aconteceu com a Fundação Zoobotânica, “estão fragilizando todo um sistema”, afirmou.

Além do CAPA, a Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul/ARPA-Sul, também foi premiada na área da cadeia produtiva.

Fonte: CAPA

<http://www.capa.org.br/blog/premio-pioneiras-da-ecologia/>

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Foniagro reúne produtores e indústria, mas não resolve preço da safra de tabaco

Indústria se mantém soberana sobre os preços

Em sua primeira prova, o Fórum Nacional de Integração do Tabaco, Foniagro, espaço de debate permanente criado pela Lei 13.288/16 para resolver impasses contratuais entre produtores integrados e indústria, se reuniu, debateu, mas não resolveu o antigo impasse sobre o preço do tabaco.

A regulação não surtiu efeito para os chamados integradores que permanecem soberanos sobre o valor do tabaco. Em fins de 2016, a lei foi comemorada por estabelecer diretrizes e responsabilidades para os produtores integrados e indústria, além de instituir mecanismos de transparência na relação contratual.

Ocorridas entre os dias 06 e 08 de dezembro, na sede da Afubra, em Santa Cruz do Sul, o fórum reuniu Afubra, Federações dos Sindicatos Rurais (Farsul, Faesc e Faep), trabalhadores Rurais (Fetag, Fetaesc e Fetaep), e representantes de 10 empresas, dos quais apenas três apresentaram proposta, consideradas irrisórias pelos produtores.

Os produtores colocaram na mesa o custo de produção de 2,7%, com proposta de reajuste de 4,7% sobre a tabela acordada na safra passada.

Sem acordo, as empresas irão analisar e se manifestar até, no máximo, dia 20 de dezembro. Pelo regimento do Foniagro a definição de preço para as safras deve ser sempre realizada durante o mês de dezembro.

"As indústrias não estão valorizando o trabalho do fumicultor. Elas se limitaram a oferecer uma variação que poderá comprometer a margem de lucratividade dos produtores, bem como a manutenção de parte deles na atividade", lamentou o representante da Afubra.

Fonte: Afubra – Edição: SE-Conicq

<https://afubra.com.br/noticias/10761/preco-do-tabaco-segue-indefinido.html>

Deputado Sérgio Moraes acusa indústria do tabaco por cigarro contrabandeado do Paraguai

O deputado Sérgio Moraes (PTB-RS), defensor histórico da cultura do tabaco, afirmou durante Audiência Pública sobre tributação do tabaco, realizada na Câmara dos Deputados, no dia 29 de novembro, que o tabaco que entra no Paraguai, país não produtor, é enviado pela indústria brasileira. Nesta equação, a matéria prima se transforma no cigarro que entra por contrabando no Brasil.

A intervenção de Moraes com críticas ao procedimento das fumageiras foi presenciada pelo SindiTabaco e pela Confederação Nacional da Indústria.

"E tem um mistério nisso. O produto vem do Paraguai. O Paraguai não planta tabaco (...) então é o próprio Brasil que manda o tabaco para lá, e a própria indústria fumageira que tem parte nisso porque alguém leva este fumo para lá", declarou.

Mesmo sem exportar legalmente para o Brasil, a empresa Tabesa (Tabacalera del Este S/A), propriedade do atual presidente do Paraguai, Horacio Cartes, fornece de 70 a 80% das principais marcas de cigarro vendido ilegalmente no Brasil. A empresa domina a produção do cigarro contrabandeado para as grandes cidades brasileiras.

O levantamento, feito pelo Idesf (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteira), mostra que mesmo sem exportar para o Brasil, o grupo dominado por Cartes movimenta 3 milhões de dólares por ano vendendo o cigarro que o crime organizado se encarrega de trazer além da fronteira e distribuir aos fumantes brasileiros.

De cada dez maços encontrados em barracas de camelôs, bares e vendedores ambulantes nas ruas de cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, oito foram fabricados pela Tabesa, que tem entre suas marcas a Eighth e a Gift, bastante conhecidas de quem fuma, mas não quer pagar o alto preço do cigarro nacional – o dobro do valor de um paraguaio.

É o tabaco plantado no Brasil, vendido por empresas que atuam no Brasil como a Souza Cruz, que alimentam boa parte da produção de cigarros paraguaios. As empresas de tabaco brasileiro fornecem a matéria prima para que os cigarros contrabandeados possam ser produzidos.

Fonte: Campo Grande News – Edição: SE-Conicq
<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/fabrica-de-presidente-do-paraguai-vende-80-do-cigarro-que-entra-no-pais>

Certificação do tabaco avança lentamente entre produtores **Brasil é o único país do mundo a certificar produto não comestível**

Em abril, a Souza Cruz conquistou a certificação da Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) no Tabaco, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Depois de certificar, em 2016, 357 toneladas dos tabacos Virgínia e Burley, produzidos por 50 produtores integrados à empresa na Região Sul do Brasil, em 2017, a empresa ampliou a certificação com mais 260 produtores, que aderiram ao programa, certificando 100% da produção dos tabacos Dark e Maryland. Este quantitativo ainda está distante do número de produtores que plantam tabaco no país: 165 mil.

A certificação da Safra 2016/2017 englobou uma produção de 1,4 mil toneladas, fruto da adesão voluntária de 310 produtores integrados de 31 municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Toda a produção é comercializada na Unidade de Blumenau, garantindo o acompanhamento, desde a produção até o processamento, com a devida segregação e rastreabilidade dessa produção específica.

Segundo o gerente nacional de Produção Agrícola da Souza Cruz, o Certificado de Conformidade garante o atendimento dos requisitos do Sistema de Produção Integrada – PI Tabaco.

“Isso significa que a produção de tabaco dos produtores que aderiram ao Programa foi auditada no campo e na Unidade de Blumenau e estão em conformidade com as Normas Técnicas Específicas (NTEs) exigidas, podendo, portanto, receberem o selo de garantia”, assegura.

A certificação é uma espécie de atestado de bons antecedentes técnicos ao tabaco brasileiro cuja pretensão é isolar o tabaco africano rotulando-o como de qualidade inferior.

A competitividade do tabaco africano devido ao menor preço e acesso facilitado à Europa reduziu o mercado do tabaco brasileiro, e criou as condições para que a indústria buscasse uma alternativa técnica de diferenciação perante o mercado internacional.

Municípios com produtores certificados:

Santa Catarina: Bandeirante, Braço do Norte, Canoinhas, Imbuia, Iraceminha, Orleans, Paraíso, Romelândia, São Miguel D'Oeste, Treze de Maio e Urussanga.

Rio Grande do Sul: Canguçu, Gramado Xavier, Jari, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Toropi e Vera Cruz.

Paraná: Ipiranga, Irati, Ivaí, Laranjeiras do Sul, Matelândia, Medianeira, Piên, Salto do Lontra, São Jorge D'Oeste, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu e Virmond.

CIGARRO ILÍCITO

Presidente do Paraguai critica lei do Senado que reajusta imposto sobre tabaco Rastreamento de cigarros paraguaios também foi aprovado

O Senado do Paraguai aprovou no dia 30 de novembro, o projeto que aumenta o imposto sobre tabaco de 30% para 40%, além do aumento de R\$ 0,89 por embalagem no varejo. Dos 37 legisladores presentes, 29 votaram a favor do projeto. O projeto segue para a Câmara dos Deputados onde o partido do governo possui maioria.

Paralelamente, foi aprovado o projeto que implanta o rastreamento do produto, o que permitirá o controle sobre a origem e o destino dos cigarros fabricados no país, aperfeiçoando o combate ao contrabando.

O presidente do Paraguai e industrial do tabaco, Horacio Cartes, juntamente com o dirigente da Tabacalera del Este, tabesa, José Ortiz, aproveitou para declarar guerra aos legisladores que estão pressionando pelo aumento do imposto sobre o tabaco.

Ele acrescentou que o setor de tabaco não interfere na política. "São alguns políticos insignificantes e sem escrúpulos que querem a destruição de nosso setor em troca apenas de uma dose temporária de populismo", afirmou.

Ortiz, considerado um dos homens fortes do governo de Cartes, disse que os trabalhadores das empresas de tabaco que, se não votarem em Santiago Peña, poderiam perder o emprego por impostos que aprovariam a oposição no futuro.

Fonte: La Nacion – Edição: SE-Conicq

<http://www.lanacion.com.py/politica/2017/11/30/senado-aprobo-impuesto-al-tabaco/>

MUNDO SEM TABACO

Debate sobre cigarro em filmes acende a França

Há uma percepção visual de que cigarros vêm intoxicando telas e monitores no Brasil com mais frequência. Imposto pelos roteiros ou induzidos pela produção, personagens têm acendido seus cigarros com ou sem justificativa dramática, em qualquer tempo histórico, a qualquer hora do dia.

Ao menos na França, a percepção se tornou constatação. Incomodada com esta publicidade disfarçada, a ministra da saúde da França, Agnès Buzyn, durante um discurso no Senado, em meados de novembro, defendeu a restrição do tabaco em filmes franceses. A iniciativa desencadeou um debate entre os que defendem a saúde contra os que apoiam a liberdade de criação.

Em seu papel, o Ministério da Saúde questionou o cinema francês por “manter um dos últimos canais de exposição irrestrita ao consumo de tabaco”.

Há anos, associações médicas na França denunciam o tabaco em filmes. É o que explica o pneumologista e presidente da aliança contra o tabagismo, Yves Martinet,

“Durante muito tempo, as empresas de tabaco compreenderam todo o potencial do cinema para valorizar o tabaco e normalizar sua imagem. É por isso que, há anos, eles financiaram filmes em Hollywood em segredo”, informa.

Em fevereiro de 2016, a Organização Mundial de Saúde pediu medidas para impedir que menores de idade tenham acesso a filmes que mostrem tabagistas. O cinema “faz milhões de jovens escravos”, disse a OMS, citando estudos norte-americanos afirmando que em 2014, fumar em filmes teria induzido mais de seis milhões de crianças americanas a se tornarem fumantes.

“Estudos científicos mostraram que adolescentes de 10 a 14 anos, frequentemente expostos a filmes com cenas de fumar, são 2,6 vezes mais propensos a começar a fumar do que as pessoas mais jovens que estão menos expostas a esses filmes”, conclui Martinet.

Em enquete promovido pelo jornal Le Figaro, interessados no tema entendem que deveria se regular a colocação de produtos de cigarro no cinema em vez de proibi-lo.

“É absolutamente óbvio que em muitos filmes vemos as pessoas fumando mais do que na vida cotidiana. Os cigarros estão acesos sem uma boa razão. Toda vez que vejo isso, ouço o som da gaveta de dinheiro do produtor, disse um dos entrevistados.

Fonte: Le Figaro – Edição: SE-Conicq

<http://www.lefigaro.fr/vox/societe/2017/11/20/31003-20171120ARTFIG00137-interdiction-du-tabac-au-cinema-n-oublions-pas-que-les-acteurs-jouent-un-role.php>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula Teixeira, Christiane Pereira, Naira Vosmirko

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA